

Simpósio Temático: "Centro Histórico de São Paulo: documentação e reabilitação"

Título do trabalho: Arquitetura Moderna e Centro Histórico de São Paulo

Autor: Prof. Dr. Alessandro J. Castroviejo Ribeiro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

No Centro Histórico de São Paulo há dezenas de edifícios modernos, nos termos propostos pelas vanguardas históricas; especialmente aqueles originados a partir das correntes racionalistas. Estes edifícios, forjados numa ideia de cidade, foram de certa maneira contrafeitos diante da morfologia da cidade tradicional.

O edifício moderno como pensado em cartas, projetos e obras sempre esteve vinculado aos pressupostos da insalubridade, da industrialização e de uma nova divisão fundiária. Pensou-se a célula habitacional, pensou-se a cidade e seus sistemas como um todo projetado. Deste ideário, em meio a muitas contestações, sobressaiu-se a condenação à rua-corredor. Paradoxalmente, a configuração mais evidente na estruturação do Centro Histórico de São Paulo tanto como espacialidade das circulações e trocas, como elemento regulador de insolações são gabaritos semelhantes aos de Nova York.

Este ensaio discute no Centro Histórico de São Paulo a coexistência singular entre dois modelos de cidade - a cidade tradicional e a da cidade moderna.

Em outros termos, discuti-se o encontro entre a idealidade moderna [contida e expressa nos elementos do edifício moderno] e a matéria resistente representada na



morfologia da cidade tradicional constituída no decorrer de um longo processo de formação.

Abstract

In São Paulo Historic Center there are dozens of modern buildings, as proposed from the Avant-gard, especially those originated from the rationalist trend. These buildings, forged an idea of the city were somehow infringe on the morphology of the traditional city.

The modern building as thought in the Athens Charter, design principles and constructions was always concerned with sanitation, industrialization and a new division of lands. It was thought about housing unit, the city and its systems as a whole designed. From these ideas, among many contestations, the conviction stood out to the street corridor. Strangely enough, the most evident structuring of the São Paulo Historic Center; as spatiality of the circulations and exchanges, as a regulatory element for insolation is urban patterns similar to those of New York.

This essay discusses the unique coexistence between two models of city in the Historic Center of São Paulo – the traditional city and the city of modern architecture.

In other words, it is discussed the encounter between the modern ideality [contained and expressed in the elements of the modern building] and the material resistance of the traditional city morphology achieved during a long formation process.

Palavras-chave/Key words

Arquitetura Moderna, centro Histórico de São Paulo, morfologia urbana
Modern Architecture, Historic Center of São Paulo, urban morphology

Arquitetura Moderna e Centro Histórico de São Paulo

Introdução

Como exposto no resumo, no Centro Histórico de São Paulo há dezenas de edifícios modernos, nos termos propostos a partir das vanguardas históricas; especialmente aqueles originados a partir das correntes racionalistas. Estes edifícios, forjados numa ideia de cidade, foram de certa maneira contrafeitos diante da morfologia da cidade tradicional.

Em outros termos, discuti-se o encontro entre a idealidade moderna [contida e expressa nos elementos do edifício moderno] e a matéria resistente representada na morfologia da cidade tradicional constituída no decorrer de um longo processo de formação.

Inicialmente, abarcam-se definições e características da cidade tradicional e da cidade moderna. Da cidade tradicional recorre-se às descrições já aceitas nos manuais de morfologia urbana. Da cidade moderna recorre-se a um tipo ideal de cidade que pode ser reconhecido nas prescrições, cartas e manifestações do movimento moderno principalmente nos primeiros CIAMs; particularmente, na Carta de Atenas e nas cidades idealizadas por Le Corbusier. A intenção inicial é identificar os elementos centrais que distinguem uma cidade da outra: na origem do edifício moderno suas concepções a partir de uma célula primordial, ideal e operativamente lógica no interior da cidade moderna. Posteriormente, aqueles elementos da cidade tradicional – sobretudo, o estatuto privado do lote e a legislação que determinam restrições aos edifícios modernos imaginados como libertos das amarras do lote.

Os cotejamentos prosseguem através dos aportes de Colin Rowe e Fred Koetter, que teorizam a cidade da arquitetura moderna contraposta à cidade histórica: o tema central é a denominada crise do objeto – ou a dificuldade do edifício moderno em configurar o espaço público, em favor de um continuum espacial que privilegia o

edifício solto no espaço. Rowe e Koetter fazem uso dos gráficos de figura e fundo [massa e vazio] para explicitar seus argumentos e análises. Este mesmo recurso feito para o Centro Histórico de São Paulo revela que a arquitetura ali construída – moderna ou não, apresenta-se ainda como fundo para uma cidade cujos protagonistas ou figuras são o espaço público e os elementos da cidade tradicional.

Um tipo ideal para a cidade moderna

Definições clássicas da morfologia urbana identificam como elementos constituintes de uma cidade tradicional:

- o solo;
- os edifícios (o elemento mínimo);
- o lote (a parcela fundiária);
- o quarteirão, a fachada (o plano marginal);
- o logradouro (espaço privado do lote sem construção);
- o traçado/a rua, a praça, o monumento, árvore e a vegetação;
- o mobiliário urbano (Lamas, 2007, p. 79-110).

Esses elementos segundo Lamas serão utilizados no desenho das cidades [ou de suas partes] – sobretudo a partir do renascimento até ao período moderno. Assim, sistemas de relações entre esses elementos morfológicos de diversas formas promoveram variações decorrentes de intenções espaciais, estéticas, de estilo e gosto, de condicionantes pré-existentes, topográficas ou territoriais. Nessa descrição o traçado ou a rua; o quarteirão subdividido em lotes; edifícios e logradouros; a praça e seus recintos; os prédios com suas fachadas; os edifícios singulares; [...] não só constituíram essas cidades, mas se revelariam igualmente importantes para a compreensão da urbanística moderna e contemporânea (2007, p. 227).

Nas ideias e desenho das cidades modernas esses elementos – um a um – seriam sistematicamente questionados, desmontados ou revistos. As razões encontram-se num amplo espectro de situações e complexidades, mas a industrialização e questões dela decorrentes como o inchaço populacional e a insalubridade das cidades insuflam uma mentalidade de época. Sob essas condições, o sistema viário (e devidas hierarquias), a divisão fundiária, a relação do

edifício com a rua e o lote foram objetos de diferentes interpretações independentemente das diversas variações em torno do moderno¹.

Na mais discutida manifestação dos CIAMs – a Carta de Atenas² – as argumentações, descrições e elementos da cidade moderna são reiteradamente apresentados. Passo a passo são inventariados os elementos da cidade tradicional [em particular de seus centros históricos] que devem ser debelados, quais as razões, formas e estruturas correspondentes aos novos tempos da máquina e do movimento que deveriam então ser levadas ao cabo.

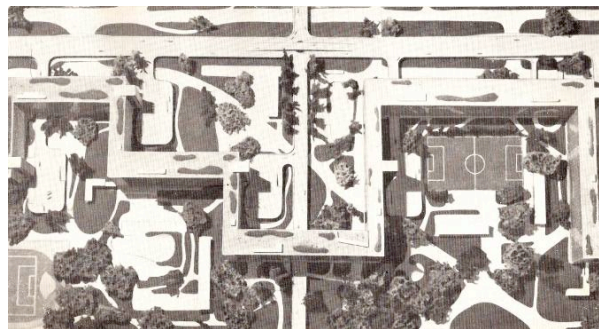
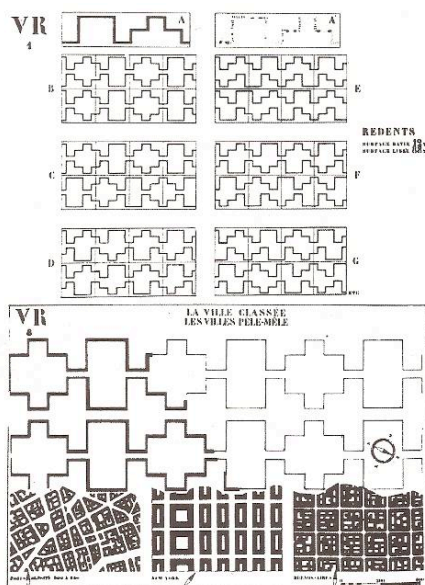
Na apresentação das generalidades da carta além da atenção às profundas alterações da industrialização – que produz profunda rotura no mundo do artesanato esvaziando o campo e entupindo as cidades – já se esboça uma primeira crítica em torno da rua: os congestionamentos. Outras tantas virão no “Estado atual crítico das cidades”: altas densidades de ocupação e degradação no interior do núcleo histórico das cidades [um obstáculo]; insuficiência da superfície habitável, mediocridade das aberturas, ausência de sol; presença de germes mórbidos; ausência de instalações sanitárias; má orientação dos imóveis, construções compridas e privadas de espaço.

¹ Lamas descreve a morfologia da cidade moderna introduzindo a seguinte observação: “A revolução industrial havia já introduzido as primeiras grandes modificações estruturais nas cidades. O período moderno irá produzir uma ruptura radical na estrutura, na forma, na organização distributiva e nos conteúdos e propósitos da urbanística e da cidade[...]. A formulação da ‘cidade moderna’, como todas as transformações históricas importantes, processou-se em moldes difíceis de sintetizar, compreendendo um grande número de experiências e formulações teóricas que não seguiram um processo linear nem tiveram num único lugar, tempo ou ambiente cultural” (2007, p. 297).

² **CARTA DE ATENAS. CIAM:** Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Novembro de 1933: versão pdf; IPHAN.

Os primeiros argumentos da carta têm nas espacialidades centrais o alvo preciso da crítica da época [moderna]. Embora a referência esteja diretamente vinculada na historicidade europeia, muito dessas “desqualificações” reproduziram-se no Centro Histórico de São Paulo. Algumas como o sentido de profundidade e estreiteza dos lotes marcarão as formas dos edifícios modernos em São Paulo. Outras como as questões de insolação serão determinantes nas definições formais dos edifícios modernos seja nos novos assentamentos (cidades) ou mesmo no CHSP: onde as orientações ótimas serão oportunidades raras dadas aos arquitetos. Sob esse

aspecto, sublinham-se as críticas apresentadas pelos modernos quanto às orientações das



edificações condicionadas pelo traçado e disposição das ruas e por decorrência da forma dos lotes impostas pelo sistema e circunstâncias

da cidade tradicional. A condenação está ancorada nos estudos e esquemas de insolação, nesse caso, tendo em vista as sombras projetadas pelos edifícios nas ruas e pátios internos: projeções que criavam enormes áreas de sombra permanentes; gerando contaminações etc. Reagindo a essas disposições surgiram diversas tipologias modernas, nas quais se privilegiavam as orientações que permitiam maiores insolações e pouca projeção de sombra nas construções próximas. Como decorrência criou-se, entre outros, blocos de edifícios laminares, cujas faces menores (uma empena cega) encontravam-se frequentemente voltadas para a orientação norte: nessas condições, as zonas de sombras projetadas diariamente no sentido dessa face seriam menores. Outras medidas de mesmo caráter, como distanciamento entre edifícios segundo variação de altura, seriam incorporadas ao repertório projetivo moderno (Figura 1 e 2).

1: Dois painéis apresentados no Congresso CIAM, 1930; Le Corbusier. A Cidade Radiosa e a formação denteada (redents), confrontada com os tecidos de Paris, Nova York e Buenos Aires.

2: fragmento de um trecho residencial tipo Cidade Radiosa, 1935.

Na carta as deficiências da cidade histórica continuam sendo apontadas na ausência de parques e áreas verdes, resultando no postulado de que o sol, a vegetação, o espaço são as três matérias-primas do urbanismo. No mesmo sentido arrolam-se os argumentos contrários à *rua-corredor*.³ “as construções edificadas ao longo das vias e ao redor dos cruzamentos são prejudiciais à habitação [...]; “o alinhamento tradicional das habitações à beira das ruas só garante insolação a uma parcela mínima de moradias”; “os alinhamentos das habitações ao longo das vias de comunicação deve ser proibido”; “as construções elevadas erguidas a grande distância uma das outras devem liberar o solo para amplas superfícies verdes”.

Os raciocínios tinham com epicentro a questão habitacional, embora pudessem ser estendidos também a outras tipologias como edifícios de negócios. Nas justificativas em favor de uma melhor iluminação ficam claras as críticas (recusas) aos blocos construídos, à rua e aos pátios internos. O argumento inicial condena a implantação dos blocos das edificações nos alinhamento das ruas: condição primeira, que determinava circunstâncias desiguais quanto à iluminação para as unidades de moradia.

Como se verá adiante esta descrição de uma cidade tradicional nos termos da Carta de Atenas poderia ser emprestada – em boa parte de seus termos - para se ver o Centro Histórico de São Paulo. Em “*Urbanismo*” (2000) Le Corbusier é mais enfático na condenação da rua-corredor e do prédio construído sob medida: dois elementos característicos e constituintes da morfologia do Centro paulistano. Assim, expõe Le Corbusier:

Sucintamente: para que o canteiro de obras se industrialize, é necessário passar da construção anacrônica de um imóvel isolado, “sob medida”, com todos os seus casos particulares, para a construção de ruas inteiras, de bairros inteiros. Trata-se então de estudar bem a célula, ou seja, o alojamento do homem, de fixar-lhe o módulo, e de passar para a execução em séries uniformes. O quadriculado monótono e tranquilo assim formado de inumeráveis células se estenderá em grandes movimentos de arquitetura, movimentos diferentes da indigente rua em corredor: o urbanismo

³ A rua-corredor é um termo usualmente empregado por Le Corbusier, como pilotis etc. A carta possui um texto mais formal, contudo, marcada pela dominante personalidade de Corbusier.

abandonará a “rua-corredor” atual pelo traçado de loteamentos novos, criará, numa escala muito mais vasta, a sinfonia arquitetural que se trata de realizar (2000, p. 68).

O diagnóstico dos problemas gerados pela industrialização [era da máquina] sobre a trama da cidade tradicional avança em item após item; em determinado ponto tocam duas questões relevantes: a dissolução da rua, pela sua especialização funcional excessiva e o fim da divisão fundiária baseada no lote individual. Nos termos da carta os alinhamentos das habitações ao longo das vias de comunicação deveriam ser proibidos, as construções deveriam ser elevadas (devido aos modernos recursos técnicos [concreto armado em particular]), afastadas uma das outras, liberando o solo para amplas superfícies verdes. Nessa condição a construção da cidade não poderia ser abandonada, sem programa, à iniciativa privada (Carta, IPHAN, p. 12-14). Sobre esse continuum espacial, encontrar-se-iam os volumes edificados amalgamados às superfícies verdes que os cercam.

Sobre os escritórios, ou centro de negócios “tudo aconselha ao agrupamento, melhores condições de funcionamento: circulação desembaraçada, comunicação fáceis com o exterior, iluminação, silêncio, boa qualidade do ar, instalações de aquecimento e de refrigeração. [...] O centro de negócios encontra-se na confluência das vias de circulação que servem ao mesmo tempo os setores de habitação, os setores de indústria e de artesanato, as administrações públicas, alguns hotéis e diversas estações (ferroviária, rodoviária, marítima, aérea) (IPHAN, p. 21)”.

O patrimônio histórico também é tratado na Carta. Não se nega os valores arquitetônicos do passado: os edifícios isolados ou conjuntos urbanos de verdadeiros valores arquitetônicos deveriam ser salvaguardados. No entanto, é expressa em afirmar que em nenhum momento o culto ao pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia: nesse sentido, edifícios e conjuntos deveriam se demolidos para permitir as reformas urbanas indispensáveis.

No âmbito de suas proposições gerais a Carta de Atenas [e sua versão formal a Cidade Contemporânea] é uma precisa descrição em negativo da estrutura urbana encontrada no CHSP: ou quase sua antítese. O corolário dos elementos contrapostos abarca amplo espectro, mesmo ponderando outros aspectos de fundo da modernização como a presença do elevador, do redesenho de sistema viário (plano de Avenidas) e uma legislação também decorrente das preocupações higienistas.

O edifício na cidade moderna: vontade de ser

Se a Carta de Atenas pode ser admitida como um tipo ideal moderno de cidade, para 1933, ela não pode evidentemente ser estendida indiscriminadamente. Lamas faz uma panorâmica leitura que circunda a gênese da cidade moderna: o primeiro, situado entre as duas primeiras guerras e o segundo abarcando o fim da Segunda Grande Guerra; quando a demanda decorrente das reconstruções das cidades [entende-se europeias] e das necessidades habitacionais (da industrialização de demais fenômenos sociais) torna-se de grande monta, quando serão necessários novos bairros e cidades.

Neste processo, Lamas sublinha alguns tópicos que caracterizam a cidade moderna; como a ruptura com a história, o papel dos novos materiais e tecnologias, o alojamento, o funcionalismo e o zoneamento. Outros três têm relevância nos termos dos argumentos aqui desenvolvidos:

- o primeiro trata da questão fundiária;
- o segundo do fascínio pelos edifícios isolados;
- o terceiro a reação à *rua-corredor*.

A rua como espaço das trocas movimentado foi elemento central na estruturação urbana tradicional. Por isso mesmo, foi comum às manifestações modernas, o combate à rua-corredor que estrangulava a circulação, sobretudo, dos automóveis.

A questão fundiária é pedra fundamental na cidade tradicional e na cidade moderna; pelo menos, nas condições propositivas. Na cidade tradicional, o desenho urbano assimila o parcelamento e a divisão cadastral, separando o solo privado do solo público. A urbanística moderna está associada, de acordo com Lamas, a operações em que o Estado ou a municipalidade detém a totalidade do solo e urbanizam sem uma redivisão fundiária as unidades habitacionais – em condições especiais, sob os *pilotis* – onde o solo é também “público”. Assim, a questão fundiária assume um papel relevante nos embates ideológicos e políticos enfrentados pelas vanguardas modernas. Nessas condições, o edifício “moderno” [constituído a partir de uma célula primordial, ideal e operativamente lógica] evolui com consistência

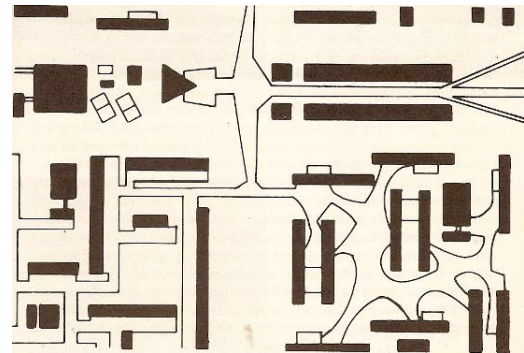
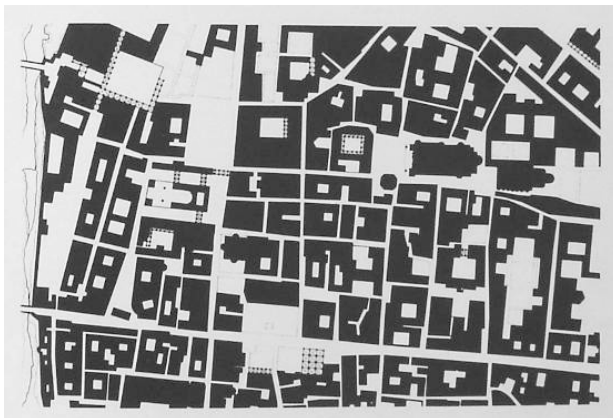
na idealidade moderna. Entretanto, a cidade tradicional lhe impõe restrições categóricas: o lote é privado.

O fascínio pelo edifício isolado, segundo Lamas, percorre longa trajetória na história da arquitetura; Zevi, Giedion, Benevolo etc. As análises e interpretações a partir do exemplares fundadores como a Unité d’Habitation, Pavilhão de Barcelona, Seagram e outros demonstram a prioridade de leitura (Lamas, p. 297-310). Mais recentemente a tônica parece não ser outra.

A crise do Objeto?

Colin Rowe e Fred Koetter em “Ciudad Collage” (1998) formulam uma teoria crítica sobre a cidade. Utilizando-se dos mapas de figura e fundo (cheios e vazios) confrontam por essas categorias a cidade tradicional e a cidade moderna. Os edifícios modernos e a cidade moderna, nos termos dos autores, promoveram aquilo que chamaram de “A crise do objeto”. Ou seja, na cidade tradicional os elementos primários como lote, quadra, rua, praça, e os edifícios construídos, formam um tecido no decorrer de um longo período. De tal maneira que aquilo que se identifica ou se nomeia como figura é o espaço público; conformado pelo conjunto dos edifícios que os delimitam e lhe dão forma. Ao contrário, na cidade moderna (sobretudo a idealizada), o tecido tradicional é substituído por grandes sistemas de circulação e novas divisões fundiárias: assim, os edifícios se apresentam soltos no espaço. A figura então passa a ser o edifício, e por decorrência, tem-se a dissolução (dispersão) e descaracterização daquilo que se denomina como espaço público. Por meio, sobretudo, de um novo ideário funcionalista e de legislações próprias procura-se fazer uma cidade onde os edifícios progressivamente isolaram-se no lote ou nas novas formas de ocupação que foram desenhadas. Nesse sentido, uma linguagem arquitetônica nova encontra os meios para se expressar plenamente por um objeto solto no espaço; dissociado das amarras do lote. A crise do objeto seria, então, a incapacidade do edifício moderno de sugerir ou conformar o espaço público nos termos e relações anteriormente edificados (figuras 7, 8 e 9).

Elementos e conceitos embutidos no ideário da cidade moderna sinalizaram algumas mitologias de origem que de alguma maneira promoveram uma progressiva ideia da arquitetura como um objeto, como uma peça isolada da trama urbana. A cidade moderna, nos termos da “Ville Radieuse”, teria como uma de suas mitologias a visão do homem puro; o homem com uma tábula rasa. Abrigar o nobre selvagem, esboçando uma volta à natureza, seria um dos pressupostos da nova arquitetura. Outras ideias (e práticas) higienistas reforçariam essa disposição. Mumford (apud Rowe; Koetter, 1998, p. 55) sublinha essas condições e enfatiza na moderna planificação funcional o abandono de concepções arquitetônicas mais tradicionais que enfatizavam apenas o plano ou as fachadas: arquiteturas coladas umas às outras, sem recuos laterais. A moderna arquitetura, pelo contrário, abole a distinção entre



frente e parte posterior, criando estruturas que são harmoniosas em

cada direção: em suma, liberta o edifício do contato insalubre típico das cidades tradicionais.

Progressivamente altera-se a maneira de projetar o edifício e a cidade, sobretudo, pelas novas demandas habitacionais. Rumo aos anos 30, a desintegração da rua e de todo o espaço público parece inevitável. Seriam duas as razões principais: a nova e racionalizada forma de se projetar as habitações e as novas necessidades ditadas pelos veículos. A nova maneira de se projetar enfatizava um processo gerador das habitações dentro para fora – ou seja, a partir das necessidades lógicas da unidade residencial (Rowe; Koetter, 1998, p. 58). Um raciocínio de causa e efeito, decorrente de demandas programáticas racionais.

3 e 4: Planos de massas de figura e fundo (cheios e vazios) das cidades de Parma e Brasília, respectivamente.

As novas demandas programáticas e técnicas abriram caminho para outras racionalizações como diagramas de iluminação e ventilação, de maneira a se abandonar qualquer justificativa futura em termos da história e de princípios de alguma forma vinculados à cidade tradicional. Esse processo em favor do objeto isolado não evoluiu sem contradições. Se o objeto e todas as suas faces são axiomas defendidos para uma “nova arquitetura”, os grandes blocos de habitação contínuos e isolados devem ser escondidos atrás de abundante vegetação como nas visões de Le Corbusier. “De fato, na arquitetura moderna, o orgulho posto nos objetos e o desejo de dissimular esse orgulho, que se revela em todas as partes, é algo tão extraordinário que se faz ocioso qualquer comentário” (Rowe; Koetter, 1998, p. 58).

A ambiguidade entre a afirmação do objeto e sua desintegração, ou o desiderato teórico segundo o qual o edifício racional deve ser um objeto, encontra-se subordinado a uma hierarquia invertida: que em última instância valoriza mais tempo e espaço do que a matéria. A óbvia sensação de que o espaço, em certo modo, é mais sublime do que a matéria – inevitavelmente grosseira – valoriza o continuum espacial que pode facilitar as demandas de liberdade, natureza e espírito; ou uma quase volta ao mundo natural. E, segundo os autores, a noção de espaço é menos importante do que o tempo; na medida em que a insistência no espaço fechado pode inibir o desenvolvimento do futuro e advento natural da “sociedade universal” (Rowe; Koetter, 1998, p. 60).

Ao confrontar, por mapas de figura e fundo, a cidade moderna e a tradicional, Rowe e Koetter procuraram expor as dificuldades de textura⁴ da cidade moderna: que vão além das simples relações entre o sólido e o vazio. Pelo contrário, apontam para uma nova dimensão do que é privado, do que é público. Na cidade tradicional, a massa das edificações promove de certa maneira a estabilidade pública, ao fazer

⁴ A textura aqui é entendida nos termos amplos contidos abaixo segundo dicionário Houaiss. Mas também no sentido da conformação de espaços dispostos nos termos da cidade tradicional conforme as entende Rowe e Koetter. **Textura** segundo definição do dicionário Houaiss: ato ou efeito de tecer **1** tecido, trama **2** união íntima das partes de um corpo; contextura **3** ligação ou arranjo das partes de uma obra [...] ETIM lat. *textúra*, *ae* 'ação de tecer, tecido, encadeamento, ligação', do v.lat. *texere* 'tecer'; na acp. geol já se documenta nos sXVII-XVIII, embora seu uso entre geólogos só se tenha generalizado na 2^a met. sXIX; a acp. paleog gráf por infl. do al. *Textur*; ver *text-*; a datação é para a acp. 'tecido'

figurar o vazio, dando-lhe forma: nesse caso, tem-se a estabilidade pública por um lado e por outro a imprevisibilidade privada; contida nos seus limites. A cidade moderna ao figurar o objeto – que se expressa a partir de relações internas sinceras, programáticas ou técnicas – conferindo-lhe um status universal, promove a demolição da vida pública e do decoro, reduzindo o domínio público, o mundo tradicional do civismo visível a um resto amorfo (Rowe; Koetter, 1998, p. 64).

Por outro lado, pode-se argumentar a favor dos lógicos e defensáveis pressupostos da arquitetura moderna: luz, ar, higiene, aparência exterior, perspectiva, lazer, movimento e abertura. “A questão não é se a cidade tradicional, em termos absolutos, seja boa ou má, relevante ou irrelevante, em sintonia ou não com o *Zeitgeist*. Tampouco se trata dos óbvios defeitos da arquitetura moderna (...). O que se tem são dois modelos de cidade” (Rowe; Koetter, 1998, p. 68).

A arquitetura moderna no Centro Histórico de São Paulo

Os aportes teóricos e documentos abordados relacionam uma série de conceitos e referências importantes para a compreensão da arquitetura moderna no Centro Histórico de São Paulo. Admite-se que as ideias – ou mentalidades modernas – informaram e alimentaram a produção dos edifícios modernos no CHSP. A hipótese é de que os edifícios modernos, como descritos até aqui, estão intimamente vinculados ao ideário da arquitetura moderna; mais do que isso, da cidade da arquitetura moderna.

Admite-se que esses edifícios, mesmo distantes das idealidades e cartas, carregam em suas expressões os princípios modernos principalmente aqueles plantados [sintetizados] por Le Corbusier e manifestados indiretamente na Carta de Atenas⁵, diretamente no *Urbanismo* e nos projetos da Cidade Contemporânea e Radiosa⁶. Essa noção descarta maniqueísmos fáceis: a aparente sincronização entre

⁵ A Carta de Atenas (1933) foi demasiadamente marcada pela personalidade de Le Corbusier: ela ditou e informou os rumos da cidade e da arquitetura moderna até os percalços do VIII CIAM e perde força definitivamente com o aparecimento do Team X. No Brasil pairou como um paradigma postado na retaguarda até os anos 60.

⁶ As influências de Le Corbusier são bem maiores do que essas fundadoras referências dos anos 20 e 30. No decorrer do trabalho outras serão mencionadas, conforme a situação apresentada.

a lógica da técnica (estrutura independente), passando pela célula de habitação até um todo acabado, não ocorreu sem ajustes. O todo articulado na forma de uma cidade ideal é o amálgama que dissolve um processo dinâmico de acertos e aplicações. Ainda assim, acredita-se que os edifícios modernos mesmo fora dessas situações ideais manifestam as lógicas modernas: das orientações, dos edifícios em lâmina (com empenas cegas), da estrutura independente, dos pilotis, das fachadas envidraçadas e livres, das técnicas industriais.

Se a cidade da arquitetura moderna pouco se realizou, seus arranjos fragmentados, conjuntos habitacionais ou edifícios isolados proliferaram mundo afora, reproduzindo muitos de seus princípios com razoável integridade de princípios e formas. Entretanto, as ideias e formas modernas não foram e não puderam ser transportadas literalmente para as condições do Centro Histórico de São Paulo, pois ali encontraram uma matéria difícil de ser trabalhada: ou seja, a cidade de formação predominante tradicional e pragmática; permeada por significativos interesses econômicos particulares – mesmo tendo em conta as inúmeras intervenções modernizadoras que lhe abriram avenidas e alargaram ruas.

O cotejamento entre as universalidades (ideais) modernas e sua prática, num território do Centro de São Paulo, permite identificar singularidades e valores próprios dessa arquitetura moderna na cidade tradicional. Ou aquilo que de certa maneira foi esboçado como programa das vanguardas artísticas e foi depois assimilado de diversas formas, em diversas partes do mundo.

Os confrontos propostos por Rowe e Koetter em Saint-Dié e Parma, Uffizi e Unidade de Habitação de Marselhe, Plano Voisin e Paris, são contundentes e esclarecedores⁷. No Brasil, a capital federal – Brasília – é nos limites de seu plano piloto exemplar. Porém, no Centro Histórico de São Paulo⁸ não é possível uma distinção tão clara. Pelo contrário, ali a arquitetura moderna já nasce marcada pela

⁷ Os autores não deixam de apontar casos como o projeto para a Chancelaria Real em Estocolmo, de Gunnar Asplund, 1922, que apresenta uma solução híbrida que reconcilia a cidade moderna com a tradicional.

⁸ Considera-se o Centro Histórico de São Paulo como composto pelo Centro Velho (triângulo histórico) e o Centro Novo, delimitado pelo primeiro perímetro de irradiação do Plano de Avenidas de Prestes Maia: basicamente, Av. São Luís, Av. Ipiranga, Rua Senador Queiróz, Parque Dom Pedro II, Tabatinguera, Praça João Mendes, Viaduto Dona Paulina, Rua Maria Paula e fechando no Viaduto 9 de Julho. Para efeito desse estudo limitou-se o Centro às duas colinas que contêm o Centro Velho e Novo.

geografia, pelo tecido antigo, pela legislação e pela lógica da verticalização. Ali o cotejamento entre os dois modelos de cidade – a tradicional e a moderna – expõe contradições, ambiguidades e assimilações; *aparentemente* prenunciadores de algo inconcluso ou inconciliável.

Mas, se no plano das ideias (e das cartas) o encontro era indesejável e improvável, no plano da existência e da materialidade foi muitas vezes possível, como se verá à frente. Nesse sentido, as dificuldades de textura do edifício moderno a que se referem Rowe/Koetter não se reproduzem por inteiro no Centro de São Paulo: pelo contrário, em diversas situações seus edifícios modernos encontram-se desempenhando o papel de fachada pública (“parede interna” do espaço público). Ou seja, pelas características de seu tecido – traçados (vias) e ocupações – o Centro “impõe” aos edifícios nele edificadas a contingência da contiguidade e continuidade das massas construídas. Assim, os edifícios estão mais sujeitos às “contaminações” das edificações vizinhas e dificilmente expressam-se como objetos soltos no espaço.

Numa primeira visualização do mapa de figura e fundo do Centro Histórico de São Paulo (sobre base Gegran – Viva O Centro) é difícil perceber uma trama moderna: embora ela exista, sobretudo, no traçado de algumas das avenidas São João, Ipiranga, São Luís, Consolação, Rangel Pestana e na urbanização do Anhangabaú. São marcas modernas, mas não necessariamente modernistas. O primeiro anel do Plano de Avenidas e as radiais nele propostas são elementos demarcadores evidentes, ainda que essas circulações conformem grandes espaços, elas ainda encontram-se circundadas por formações densas de edifícios que ocupam quase que integralmente os lotes e suas testadas. Sob esse olhar, a configuração que se apresenta é a da formação de quadras a partir do traçado de ruas; que posteriormente foram subdivididas em lotes, à maneira de uma formação tradicional.

Num segundo momento é possível distinguir quais são os edifícios e espaços públicos que desempenham o papel de figuras nos termos colocados por Rowe/Koetter. De imediato percebem-se os espaços das praças e largos, depois dos edifícios geralmente públicos anexos a esses lugares e finalmente as próprias ruas fechando a descrição de uma cidade tradicional. Assim, pode-se identificar na colina histórica o Pátio do Colégio, as praças da Sé, Patriarca, os largos de São Bento e São Francisco. No Centro Novo, o Largo do Paissandu, as praças da República, Dom José Gaspar e Ramos de Azevedo. Continuando vê-se ainda algumas formas (edifícios) isolados e contíguos aos logradouros públicos; ainda prédios institucionais: a Igreja de Anchieta, a Catedral da Sé, a Igreja do Paissandu, a Escola Caetano de Campos, a



biblioteca Mário de Andrade, o teatro Municipal (figuras 5).

Se o recorte ou atenção se prende às duas formações mais centrais a Colina Histórica e o Centro Novo, intermediados pelo vale do Anhangabaú, o que se vê são os rastros das antigas formações: quadras irregulares subdivididas por lotes profundos – decorrentes das constituições coloniais nas quais havia forte hierarquia entre ruas, determinado frontalidades e fundos nem sempre edificadas (figura 6).



6: Recorte pelo Centro Velho- Mapa Figura e Fundo - Colina Histórica; alguns Edifícios Modernos estudados: 5) Banco Paulista do Comércio; 9) Conde de Prates, 10) Triângulo .

Mesmo nas primeiras ocupações a geografia e a lógica de crescimento orgânico já impunham suas condições. De Bem, em *São Paulo, cidade, memória e projeto* (2006), faz uma interpretação das transformações do Centro Histórico a partir do relevo geográfico, das continuidades e descontinuidades, o núcleo urbano e a rede fluvial. Colina, Várzea do Carmo, Rio Tamanduateí: toponímias de origem. A geografia prefigura a história; Euclides da Cunha (apud De Bem, 2006, p. 11). De partida os vestígios de um tecido que será em ritmos distintos construído por sucessivas cumulações: caminhos, fluxos, parcelamentos. O padrão das linhas convergentes

afunilando para as entradas é determinante na constituição desses antigos tecidos (2006, p. 15). Geografia e arquitetura são tecidas juntas definindo objetividades e destinos. “A arquitetura define o espaço dessa estrutura, calhas de ruas e largos, balizando posições com as edificações religiosas, constituindo um todo coerente entre topografia, percursos e edificações” (Mantziaras apud De Bem, 2006, p-17) (figura 7).

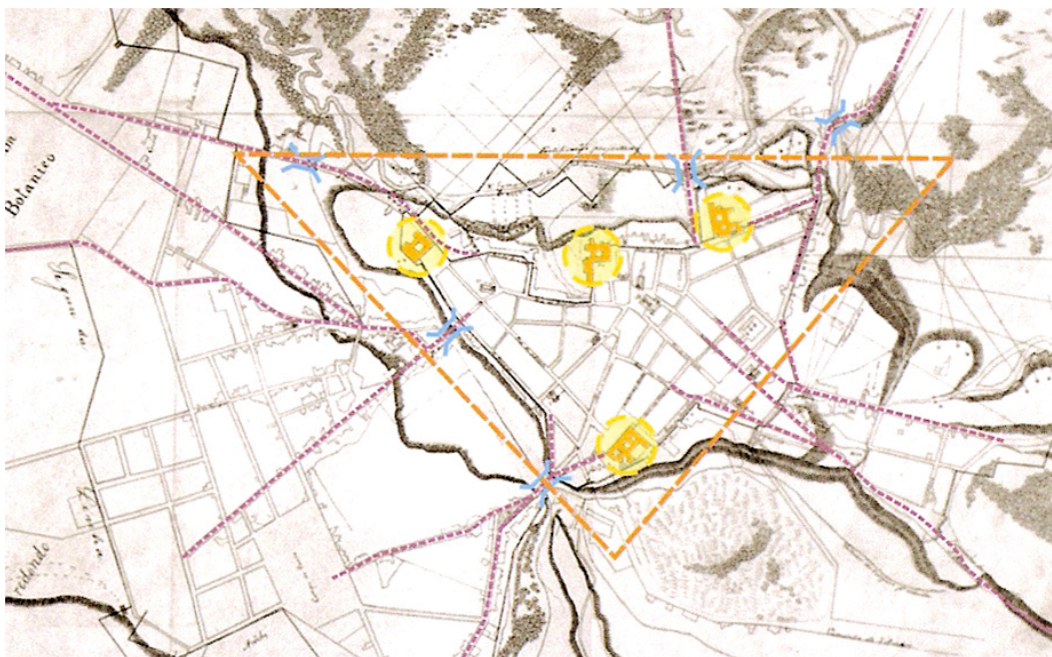
Observando-se a Planta da Cidade de São Paulo (1881 – figura 1.13)⁹ é possível identificar esses traçados mais retilíneos, com alguns percalços, nas imediações da Santa Efigênia e já projetados no sentido dos Campos Elíseos. No Centro Novo, a regularidade quase não existe. Nela ficam evidentes as marcas das antigas ligações e caminhos: a inclinação da Av. São João, o alinhamento da Rua Formosa com o ribeirão do Anhangabaú, a sinuosidade entre a Ladeira da Memória e a Sete de Abril rumo ao Largo dos Curros, encerrando o polígono as ruas Ipiranga e São Luís (ainda desocupada).

Nessa planta cadastral, dois padrões ficam claros: a intensa ocupação do Triângulo Histórico e a rarefeita ocupação do Centro Novo. Na Colina Histórica a irregularidade e a profundidade dos lotes são ainda maiores. No Centro Novo, delimitado pelo Anhangabaú, São João, Ipiranga e São Luís pelo parcelamento em parte decorrente das grandes chácaras (Barão de Itapetininga) há uma regularidade maior. Mas, nada que se compare a um traçado regulador extenso como nos termos da Cidade Radiosa ou da quadrícula de Nova York.

No Triângulo, a irregularidade está presente nos arruamentos e quadras e por consequência nos lotes e edificações. Vê-se uma intensa ocupação do lote – que não será abandonada nas ocupações futuras – nem mesmo na verticalização iniciada já nos anos de 1920 e intensificada nas décadas seguintes – à plena força modernizadora.

⁹ Planta da Cidade de São Paulo, levantada pela companhia Cantareira de Esgotos – Henry B. Joyner [M.I.C.E.] – engenheiro chefe.

7. Na colina histórica estão demarcados os edifícios aglutinadores dos traçados das ruas e as interligações entre os dois centros pela São João e Ladeira da Memória.



Se a análise se volta para as cartas de Sara-Brasil e Gegrán é possível observar que as ocupações continuam a manter a constante dos alinhamentos das edificações à rua e a ausência dos recuos laterais entre as edificações. Aliás, padrão que continuará definindo ocupações, a despeito, das modificações na legislação, da verticalização e modernizações.

Portanto, no Centro Novo a tendência foi a intensa ocupação do lote, mesmo em áreas como a Av. São Luís : pouco ocupada pelos palacetes – no início dos anos 30, como se vê no mapa Sara-Brasil (figura 8).

Deslocando-se o foco para outros trechos, pode-se identificar uma ou outra arquitetura moderna desgarrando-se da trama urbana e conformando-se como uma figura: agora não mais ligada às instituições – mas ao mundo privado das habitações e edifícios de negócios. Os edifícios Copan, Itália, Eiffel e Triângulo são figuras destacáveis, mais por suas volumetrias do que projeções. Outros também o serão, no entanto, sob uma observação mais aguda: caso a caso, lote a lote (figura 9).



9: Em destaque edifícios Itália, COPAN e Eiffel, vista pelo Edifício Excelsior, 2009

Um todo [des]contínuo

Numa análise puramente gráfica não há dúvidas de que nosso Centro Histórico tem características de uma cidade tradicional com altas taxas de ocupação por edificações construídas nos limites e alinhamentos dos lotes. Os grandes vazios caracterizam inicialmente os vales, campos e praças. Outros indicam abertura de grandes avenidas marcas da modernização que contudo não apagam a formação histórica.

8: Mapa Sara-Brasil- 1930 - Recorte pelo Centro Velho, Vale do Anhangabaú e Centro Novo em perfeita cerzadura.

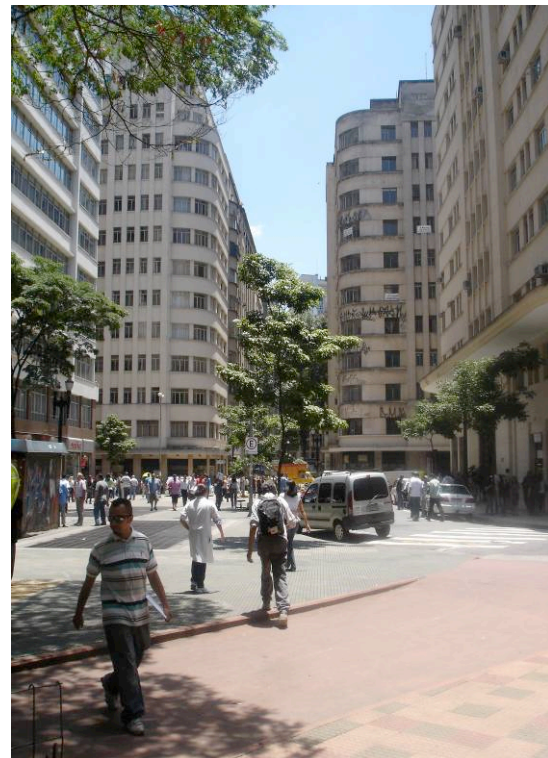
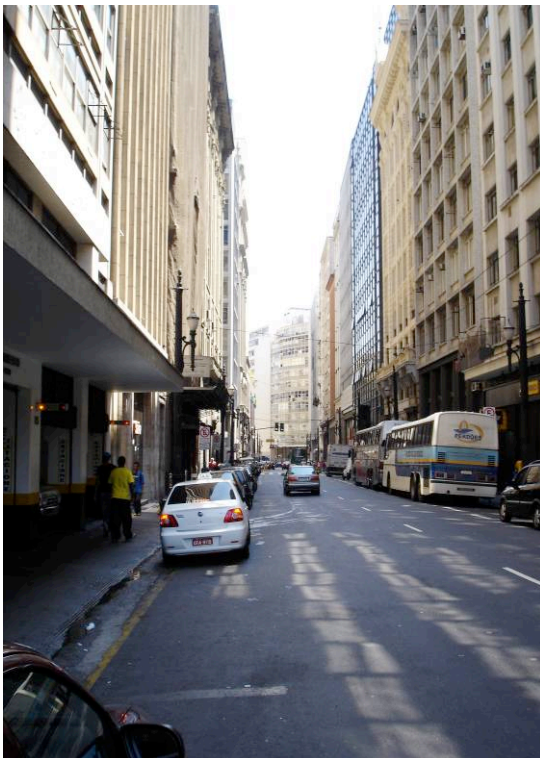




10: Vista a partir do Conde de Prates, parte do Triângulo Histórico, 2009

Quando se olha o centro de São Paulo pelo alto, a primeira impressão que se tem é de uma enorme massa verticalizada, de alturas distintas, contudo de caráter uniforme aparentemente indissociável (figura 10, 11 e 12). Ao percorrê-las essas unidades se desfazem em partes ou fragmentos: ruas de volumetria uniformes emparedadas por altos edifícios (Boa Vista, Marconi, São Luís, Ipiranga) espaços de praças dispersas (Sé) ou densas (Praça Antonio Prado). Essa massa pode também ser rejuntada pelas permeabilidades territoriais se vivenciadas pelas ruas e galerias comerciais e assim fundir-se novamente. Da mesma forma que muito de seus edifícios podem ser recortados desse conjunto e serem vistos como figuras (individualidades) quase autônomas em relação ao lote (Edifício Itália, CBI, Conde de Prates e Copan) ou fundidos incondicionalmente ao lote (Edifício Jaçatuba, Thomas Edison, Banco Paulista). Porém, é preciso atentar para as espacialidades e gabaritos que nos legam uma configuração mais uniforme; assim como, para a mais descontínua, rua a rua (figura 13).

Descontinuidades e massas uniformes são impressões ou apreensões possíveis de serem interpretadas no Centro de São Paulo, outras relações vão apontar definições mais enfáticas. A rua e o lote – como elementos formais da estrutura urbana – são decisivos na definição formal dos edifícios sejam modernos ou não. A legislação - baseada nos escalonamentos sucessivos, semelhantes aos setbacks propostos para Nova York- para garantir boas condições de iluminação e ventilação é decorrente da largura da rua, que em última estância definirá a altura final das edificações. Outros itens, como normativas para poços internos e recuos laterais, estarão sempre presentes; no entanto, a predominância sempre estará na rua. Nesse sentido, tendo-se em mente que o assunto que aqui se discute é a relação dos edifícios modernos e o Centro Histórico; a “**rua-corredor**” é o termo central que contradiz os pressupostos manifestados nas cartas ideais. Assim, como o lote, nega de antemão, uma alternativa na divisão fundiária; trazendo para a dimensão urbana os pilotis enquanto elemento de arquitetura que permite o continuum espacial pelo rés do chão. Embora seu uso formal ocorra, em muitos edifícios modernos, o uso público sobre suas projeções decorre de fatores comerciais fora do alcance dos discursos idealizados.



Seja qual for a relação entre os edifícios modernos e o Centro Histórico de São Paulo, a rua é o elemento determinante em sua configuração final. Por isso, ao se caminhar pelo centro o que se vê, com frequência, é a contínua sucessão de fachadas, modernas ou não, conformado [delimitando] o espaço público da rua. Fachadas bem tratadas e normatizadas. Por outro lado, esses mesmos edifícios quando observados pelas suas fachadas posteriores (ou pelo interior das quadras) não possuem o mesmo tratamento nem mesmo igual importância hierárquica: o que se vê são empenas e faces inexpressivas das massas construídas; raramente tratadas ao caráter dado às fachadas principais (figura 14)

Contudo é atendo-se a esses aspectos dominantes que se percebe o jogo e a dificuldade de forma do edifício moderno no Centro Histórico de São Paulo. De maneira ambígua, em diversos casos, esses mesmos edifícios modernos encontraram os termos de suas melhores expressões quando imbuídos de seus propósitos de manifestarem-se como um objeto solto no espaço, nos casos em questão, por meio do tratamento de suas diversas faces. Desse ponto de vista, ser um objeto expressivo no espaço, liberto das amarras do lote, pode ser ter sido uma qualidade admirável.



13: Edifício Thomas Edison, 1944. Arqs. Francisco Bech e Lucjan Korngold

14: Vista da Rua José Bonifácio, a partir do Edifício Triângulo, 2009

Porém, nem sempre essa expressão resultou numa textura rica entre programa, formas e o lote. Em algumas circunstâncias o que se vê ainda são formas e implantações retiradas das idealidades modernas como os edifícios Copan e Eiffel que funcionam como figuras destoadas ou despregadas da lógica à sua volta: estabelecendo apenas no rés do chão as relações com a cidade tradicional; por meio das típicas galerias comerciais.

Evidentemente, nem todas as proposições contidas nas cartas modernas podem ser consideradas numa análise dos edifícios modernos no centro. Como um recorte ideal ela é precisa em fornecer saliências; contrapontos. Assim, fica facilitada a análise. Aquelas formas de edifícios soltos no espaço – apoiados sobre pilotis, definidos por lâminas compostas por fachadas cegas laterais e outras intensamente iluminadas conforme caminhamento do sol – defrontaram-se com circunstâncias adversas CHSP: repetição, industrialização (geral de componentes) e tipo ideal, serão substituídos por singularidade, artesanaria (concreto moldado in loco) e composição lote a lote.

Os edifícios modernos no Centro de São Paulo parecem superar, na maioria dos casos, as dificuldades de textura, mas continuam a se deparar com as dificuldades de forma, pois se encontram submetidos aos imperativos da cidade tradicional, aos interesses da verticalização. Nesse sentido mais abrangente não é possível afirmar categoricamente uma crise do objeto, nos termos colocados por Rowe e Koetter no CHSP. Pelo contrário, o edifício moderno continua a funcionar na maioria das situações mais como fundo do que figura; embora tenha dificuldades com as amarras do lote. Nesse sentido, a rua e os demais espaços públicos abertos e os internos pelas galerias comerciais continuam ainda a figurar como nas cidades tradicionais.

Bibliografia

ARGAN, Giulio Carlo. **El arte moderno**. Trad. Joaquin Espinosa Carbonell - Valencia, Fernando Torres - Editor, 1975, reimpressão 1984a.

AYRES NETO, Gabriel. **Código de Obras**. São Paulo, Edições Lep, 7ª edição, 1962

CARTA DE ATENAS. CIAM: Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Novembro de 1933: versão pdf; IPHAN.

Código de Obras Arthur Saboya: consolidação aprovada pelo ato nº 663 de 10 de Agosto de 1934. São Paulo; Escola Profissionais Salesianas, 1935.

CURTIS, William J. R. **Modern Architecture since 1900.** London, Phaidon Press Limited, third edition, 1996.

_____ **Le Corbusier: ideas and forms.** New York: Phaidon, 2006

DE BEM, José Paulo. **São Paulo: cidade/memória e projeto.** Tese de Doutorado. São Paulo, FAU-USP, 2006.

LAMAS, José M. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia; 2007.

LE CORBUSIER. **Precisões.** Trad: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.

_____ **Urbanismo.** Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fonte, 2000.

_____ **Por uma Arquitetura.** Trad. Ubirajara Rebouças. São Paulo, Perspectiva, 1981.

_____ **Le Corbusier: Le Grand.** New York: Phaidon, 2008.

Le Corbusier & P. Jeanneret. **Oeuvre complète –1929-34, 1934-38.** Zurich, Edition Girsberg, 1964/1995.

RIBEIRO, Alessandro José Castroviejo. **Edifícios Modernos e o Centro Histórico de São Paulo: dificuldades de textura e forma.** Tese de doutoramento. São Paulo, FAU-USP, 2010.

ROWE, Colin. **Manierismo y arquitectura Moderna y otros Ensaíos.** Barcelona, Gustavo Gili, 1978, 1999.

_____ .ROWE, Colin; KOETTERr, Fred. **Ciudad Collage.** Trad: Esteve Riambau Sauri. Barcelona: Gustavo Gili, , 1998.

Comissão IV centenário da cidade de São Paulo. São Paulo Antigo – Plantas da Cidade, São Paulo, 1954.

